

ECONOMIA E PODER UM ENFOQUE INTERDISCIPLINAR DA VISÃO DE PODER*

ECONOMICS AND POWER. AN INTERDISCIPLINARY APPROACH
TO THE PERSPECTIVE OF POWER

REGINA MARIA GADELHA

Professora titular da FEA-PUC/SP. Coordenadora do Naci – Núcleo de Análise de
Conjuntura Internacional – PUC/SP.

Recebido para publicação em maio de 2003.

Ao contrário do que afirmam alguns analistas, o mundo se encontra diante de profunda crise do paradigma liberal. Não fossem as evidências do crescimento do poder agressivo dos Estados Unidos da América, a atual invasão do Iraque demonstra e confirma a escalada da violência e a maneira pela qual os governos dos países ricos, apoiados por grupos empresariais e oligarquias periféricas subordinadas, disseminam o terror, sem respeito pelas vidas humanas. Nesse sentido, o recente livro do filósofo italiano Giorgio Agamben denuncia o processo dos indivíduos transformados, pelo poder repressor dos Estados, em *homos sacer* (“corpos matáveis”), sem importância ou significado (*Homos Sacer*, Belo Horizonte, 2002:130-131), à maneira do ocorrido nos campos de prisioneiros nazistas, que, desde Guantanamo até o Iraque, surpreende e nos recordam Auschwitz.

Os coordenadores do Gepip, ao escolherem o tema do Poder e sua interdisciplinaridade, proposto para esta Mesa, estão de

parabéns. De fato, a questão do poder afeta todos os níveis da existência (econômica, jurídica e social) e diz respeito a cinco conceitos fundamentais: *imperialismo, hegemonia, dominação, exploração, colonialidade*.¹ Estes conceitos ou paradigmas são essenciais à compreensão dos conflitos pela disputa do controle de hemisférios e espaços econômicos e políticos, e abrangem não só as relações de poder e de autoridade (pública ou coletiva) dos Estados, como as relações de trabalho dos povos, seus recursos e produtos, processos simultâneos que não podem ser separados.

No sentido de contribuir para o debate, gostaria de analisar brevemente dois aspectos que me parecem importantes:

1) O Capitalismo, como padrão de dominação internacional, salientando dentro dele o Imperialismo em tanto que forma inalienável à existência do sistema.

2) O Estado, como expressão da coletividade e forma de controle da autoridade da Nação.

* Palestra na Mesa Redonda “O Poder e sua interdisciplinaridade”, Sessão de abertura do Gepip – Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre o Poder, da Escola Superior de Direito Constitucional – ESDC. São Paulo, 30.04.2003.

Nessa perspectiva, a chamada “globalização” procurou ocultar a necessária relação de expansão do *imperialista*, da qual depende a realização da relação capital/dinheiro do sistema capitalista, em escala mundial. De fato, o capital financeiro se nutre da riqueza criada pelos investimentos na esfera da produção e pela força do trabalho – mais-valia socializada, realizada em múltiplos níveis de qualificação (GADELHA, R. M. A. F. *Globalização e crise estrutural. Globalização, metropolização e políticas neoliberais*. São Paulo, 1997. p. 54-72).

Gostaria de me deter um pouco sobre este aspecto, por não ser possível separar a problemática do Poder e do Capitalismo daquela do Imperialismo e da Globalização. Nesse sentido, no nível nacional e regional é que se reproduzem as formas de vida econômica, sendo o espaço nacional o *locus* legítimo de elaboração das políticas mediáticas, que permitem o exercício do controle do poder de dominação dos cidadãos pelo Estado institucional regulador. Em última instância, defender os aspectos nacionais e regionais significa não se deixar seduzir ou cooptar pelas várias formas de dependência colonial, (re)surgidas com intensidade nos anos 80 e 90, em decorrência da maior inflexão das nações na economia mundial.

Inúmeras análises, efetuadas no Brasil e no exterior, têm procurado alertar para o fato de que o ideário neoliberal, progressivamente implantado ao longo das duas últimas décadas, representa um movimento regressivo que acompanha a restauração dos princípios econômicos liberais e as práticas de dominação mais agressivas do século XIX – o Estado imperialista, na versão de Lênin. Reconhecidamente, o “novo” ideário liberal defende o consenso em torno do Estado mínimo social, em

contradição com a sua ativa intervenção na condução de políticas estabilizadoras e de salvaguardas às ações de investidores do mercado financeiro internacional.

Nessa medida o neoliberalismo, real matriz de política econômica, pertence à mesma superestrutura política e ideológica que acompanha a expansão do capitalismo dos países centrais sobre as regiões periféricas do globo, traduzido pelo retorno da dominação colonial através de práticas corrosivas à manutenção da independência das decisões políticas em mãos dos governantes eleitos dos Estados-nação periféricos. Não é de se admirar que a adoção da política neoliberal se traduza, por toda a parte, na ampliação do *apartheid* social, com agravamento dos indicadores de pobreza: desnutrição, mortalidade infantil, desemprego, sem-tetos, em níveis muito próximos daqueles dos anos 30, anteriores à II Guerra Mundial (CHOSSUDOVSKY, M. 2001:40-51).

Alguns dados ajudam a ilustrar o processo, ao mesmo tempo de concentração/exclusão, provocado pelo domínio das forças produtivas internacionais: em 1800, 74% da população mundial (944 milhões de habitantes), tinha acesso a 56% do PMB – Produto Mundial. Em 1995, somente 20% da população (5.716 milhões de habitantes) concentrava 80% do PMB, os 20% de riqueza restante sendo repartidos entre 80% da população. Assim, a diferença de 9 x 1 nos ingressos de ricos e pobres, existente no início do século XIX, atingiria, em 1995, 60 x 1. Enquanto a população dos países ricos, de 1950 a 1995, se elevava em cerca de 50%, a população dos países pobres crescia 250% no mesmo período (Banco Mundial, *Developing World 1999/2000*). Hoje, dos 6 bilhões de pessoas que formam a população mundial, 800 milhões não têm emprego assalariado algum. Os

economistas conceituam este fenômeno de “desemprego estrutural”.

Os dados também indicam que os países que mais cedem ao modelo neoliberal são os que mais sofrem os impactos da crise sistêmica mundial. Esta crise penetra em seus territórios de fora para dentro, corroendo as estruturas administrativas e produtivas. A erosão se agrava com a perda da autonomia do poder de decisão dos governos nacionais sobre as esferas internas de seus países, provocando um maior endividamento dos Estados, perda de autonomia do poder de escolha dos governantes (soberania), acentuado pelo desmonte dos aparelhos administrativo, legislativo e judiciário e, no limite, da própria democracia e sua prática.

É o que mostram os exemplos da América Latina, onde países como a Argentina e o Brasil se vêem premidos pela associação estrutural entre suas economias e a dos países centrais, tendo de optar entre as necessidades de atendimento dos interesses do Estado e as do capital financeiro internacional e seus mecanismos de especulação. Estas exigências acabam por se impor sobre os interesses da cidadania e provocam uma transferência do real poder de decisão política, prerrogativa das autoridades nacionais, em benefício de organismos internacionais que, como o FMI, favorecem a concentração econômica e financeira externa e mundial.

Nessa perspectiva, a globalização se apresenta como o processo de aceleração extrema das tendências capitalistas, que polarizam as enormes diferenças existentes entre países centrais e países periféricos e entre as populações ricas e pobres. Processo que beneficia apenas alguns segmentos das nações imperialistas à custa, também, do aumento da exclusão interna de parcela significativa de seus próprios cidadãos.

Traço marcante dessa expansão é o domínio ideológico, de perspectiva eurocêntrica, que predomina nos países periféricos, com reflexo na cultura destes povos, condicionados pelas rápidas mudanças nos padrões de cultura, comportamento e valores, com intensa repercussão em todas as esferas de suas existências, tanto no âmbito econômico como no social, incluindo a mercantilização das relações sociais.

Chamamos, ainda, a atenção para o processo de industrialização tardia dos países periféricos, muitas vezes bloqueado ou ainda não concluído. Porém, devemos reconhecer, ao lado das constantes pressões externas, a convivência da atuação de forças políticas internas, ligadas a grupos de interesses internacionais e que ocasionaram, por mais de uma vez, bloqueio ao desenvolvimento capitalista de seus países. Razão pela qual não aceitamos o conceito de “subdesenvolvimento” como explicativo para designar as conseqüências do processo destes *bloqueios*, promovidos pelo Imperialismo. Como indicam estudos latino-americanos, a modernização periférica se dá com os sinais contrários. “A categoria de capitalismo se refere ao conjunto da articulação estrutural de todas as formas historicamente conhecidas de controle do trabalho ou exploração: escravidão, servidão, pequena produção mercantil independente, reciprocidade e salário. Tais formas de controle do trabalho [nas Américas] se articularam como estrutura conjunta em torno do predomínio da forma salarial, chamada Capital, para produzir mercadorias para o mercado mundial”, lembra A. Quijano (*Modernidad, identidad y utopia en América Latina*, Lima, 1988).

Desde sua origem, os valores das sociedades dos países da América Latina correspondem aos valores racionais do mundo ocidental, *centro* de controle e padrão de

poder originado com os descobrimentos, as conquistas e a ocupação dos territórios americanos. Nesse sentido, também o Estado, como estrutura de autoridade e forma de dominação coletiva, é muito antigo. As estruturas do Estado-nação, entretanto, nascem em período relativamente recente, em fins do século XVIII – a Independência norte-americana e a Revolução Francesa –, e se consolidam, de forma plena, apenas no século XX. O pressuposto da existência do Estado Democrático, dotado de estrutura funcional e de poder, é a cidadania, o reconhecimento da igualdade jurídica e política, ao menos formal, de todos os indivíduos (cidadãos) que nascem e habitam em um mesmo espaço juridicamente formado e estipulado por interditos de tratados e fronteiras universalmente reconhecidos, a que chamamos de *país*. Território assentado sobre realidades geográficas, econômicas, sociais e culturais, e submetido à dominação de Poder desta entidade denominada *Estado*, conceito inseparável ao de *Nação*, expressão do conjunto dos interesses da cidadania participativa (GADELHA, R. M. A. F. Federalismo, regionalismo e governabilidade. *Cenários*, Araraquara, Unesp, 2:165-80, 2000).

Porém, na segunda metade do século XX, a crise hegemônica do capitalismo, atingindo os países centrais, os EUA em particular, promoverá novas necessidades de expansão, no sentido atribuído pelas análises de Giovanni Arrighi e, também, nos anos 60, as análises de Paul Baran e Paul Sweezy (ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro, 1996; SWEEZY, P. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro, 1967). Nesta direção, a chamada teoria do “destino manifesto americano” justifica, nos dias atuais, as ações dos EUA procurando assumir o controle hegemônico de novos espaços, pertencentes às nações

periféricas (AYERBE, L. F. *Estados Unidos e América Latina. A construção da hegemonia*. São Paulo, 2002). Muitas destas nações se tornaram independentes em período recente, emergindo espoliadas do mundo colonial apenas na segunda metade do século XX. Entre elas figuram a Índia, os novos países africanos e asiáticos e os atuais países árabes do Oriente Médio, que haviam sido submetidos ao domínio neo-colonialista do século XIX.

A aceleração da expansão capitalista nos anos 90 faz parte dessa realidade, consequência da imposição imperialista que permite a reconcentração mundial das riquezas e o controle dos governos nacionais, em escala global, sobretudo pelos EUA. Nunca, porém, a definição de Marx sobre o Estado burguês (*Programa de Gotha*) esteve tão viva. Cabe recordar o paradigma ideologizado, de Francis Fukuyama (1994) – *o fim da história*, e perguntar: de qual história? o da transição para a nova dependência dos Estados-nação periféricos, marcada pela recolonização de seus povos? Processo denominado, por Aníbal Quijano, de “recolonização global do mundo” (*Entre la Guerra Santa y la Cruzada?* Lima, 2001).

Dominados pela globalização econômica, a fonte do poder dos governos dos Estados hoje se modifica, não mais encarnando governos representantes das nações. O Poder, emanado pelo Povo e do Povo – legado maior da Revolução Francesa –, vai sendo, então, substituído pelo Poder das grandes corporações representadas pelos governos dos países do G8 e por organismos internacionais, tais o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial de Comércio (OMC), o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU), que impõem os ditames desses interesses sobre povos e nações.

Sem entrar no mérito da controversa obra de Michael Hardt e Antonio Negri, *Império* (3. ed. Rio de Janeiro, 2001), temos de reconhecer neste livro o mérito de reacender o debate acerca das noções de *hegemonia e império, imperialismo e dominação*, indicadores do declínio das soberanias nacionais perante a hegemonia de nova fonte de poder – os EUA. Seus autores defendem que a soberania se dispersou e se fragmenta em vários corpos jurídicos e econômicos globais, concentrados em mãos de agências, corporações econômicas, grupos transnacionais, bancos e organismos internacionais (idem, p. 327-328).

A contundente crítica levantada por Atilio A. Borón a este livro demonstra que os autores, ao analisarem a fase atual da evolução das forças capitalistas internacionais, que impõem seus desígnios aos governos de Estados nacionais (ex-soberano), esquecem-se de que não se trata da derrocada ou do desaparecimento do Estado-nação, e sim de nova investida imperialista, ativado pelo terrorismo de Estado (os EUA), que estimula as guerras entre facções políticas nacionais ou contra governos e povos periféricos (BORÓN, A. *Império & imperialismo*. Buenos Aires, 2002).

O que análises como as de Hardt e Negri encobrem é a prática, de caráter corrosivo e predatório, contida nos mecanismos especulativos da acumulação financeira, representada pelos governos dos países do G8. As reuniões do bloco definem o espaço político que permite a imposição da supremacia dos interesses gerais e específicos destas forças imperialistas. Lembremos, entretanto, que os países do G8, até passado recente, foram sede do imperialismo econômico e político colonialista, que durante séculos pesou sobre os Estados periféricos, continuando ligados a setores

mais modernos destes últimos, pertencentes a segmentos das oligarquias locais. O bloco do G8 se constitui, na verdade, em verdadeira trama institucional, composta pelos governos de Estados-nação que pertencem a entidades interinstitucionais de controle e exercício da violência, como a Otan, e por entidades intergovernamentais privadas, que controlam os fluxos mundiais de capitais, como o FMI, o Banco Mundial, o Clube de Paris, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), além de representantes das grandes corporações globais, (“governo invisível”), constituindo verdadeiro governo paralelo (QUIJANO, A. *Colonialidad del poder, globalización y democracia*. Lima, 2003:18).

Não somente Borón, a análise de Quijano, acerca da privatização do controle dos Estados periféricos pelos países centrais, contraria a interpretação dos autores de *Império*, na direção da crítica dos que defendem o rompimento dos países de economia periférica com os ditames da ordem global imperial, contrários à independência dos Estados nacionais (soberania). Quijano demonstra a ligação entre as várias guerras ocorridas nos anos 80 e 90 (para só mencionarmos as mais recentes), analisando a América Latina nos casos atuais da Colômbia e da Venezuela – o Plano Colômbia –, conflito que atinge toda a mega-região andino-amazônica. Esta ingerência foi agravada, recentemente, pela intervenção da diplomacia americana na Bolívia (abril de 2003), em consequência das revoltas das forças populares e sindicais ocorridas em fevereiro deste ano, de protesto contra as medidas governamentais de restrições agrícolas ao plantio da coca, e econômicas, de superávit primário e criação de novos impostos, exigidas pelo FMI. A essa prática se liga a implantação de bases militares americanas no continen-

te, como a base de Alcântara no Brasil, bem como a dominação e o controle do espaço aéreo amazônico, através da imposição de tecnologias de monitoramento aeroespacial – o Projeto Sivam – com capacidade de monitoramento de toda a zona equatorial do Atlântico ao Caribe até o Pacífico.² Estes conflitos se estendem por vários outros hemisférios, a exemplo da guerra que devastou Kosovo e Chechenia, na Europa, e outras na África e no Oriente Médio (Síria, Iraque, Iran, Palestina), no Afeganistão e a atual guerra e ocupação do Iraque, promovidas pelos EUA e aprovadas ou sob anuência passiva da ONU.

Sobre a ameaça norte-americana para o equilíbrio da paz mundial, é ilustrativa a recente entrevista concedida pelo cientista político americano, James Petras, a Mateo Grille, da revista *Caras & Caretas* (23.04.2003), confirmando que a guerra imperialista contra o Iraque, realizada em nome dos *Preventions Acts*,³ assinados por Bush após os atentados de 11.09.2001, legitima a política bélica e de ataque agressivo norte-americano, em nome do direito à “defesa preventiva dos interesses nacionais americanos” e dos devaneios do poderio terrorista de Estado, concentrado nas mãos do presidente e setores militares dos EUA, amparados na superioridade do aparato bélico e na expectativa de grandes negócios por parte das corporações ligadas aos interesses petrolíferos.

Nessa mesma direção, o economista Samir Amin, reitor da Universidade de Dakar (Egito), na revista *Caros Amigos* (abril de 2003), demonstra que a recente invasão do Iraque é apenas a ponte do *iceberg* da crise estrutural americana, prolongando a sobrevivência desta potência imperial sobre os demais países e atingindo todos os domínios, do econômico e político ao cultural. Porém, se analisarmos de perto a economia norte-

americana, verificamos que o sistema produtivo dos EUA encontra-se falido há algumas décadas e está longe de ser “o mais eficiente do mundo”. É o que também observa Samir Amin, referindo-se ao enorme déficit público e, mais ainda, ao déficit comercial que se agrava ano a ano, tendo passado de 100 bilhões de dólares em 1989 para 450 bilhões em 2000. “O mundo produz, os Estados Unidos consomem. A ‘vantagem’ dos Estados Unidos é a vantagem de um predador cujo déficit é coberto pelo aporte dos outros, consentido ou forçado”, escreve Amin (p. 11).

Os acontecimentos envolvendo a Guerra do Iraque revelam que se antes do 11 de setembro os EUA se contentavam em estimular as ações terroristas de indivíduos isolados, que, de forma camuflada ou diretamente ligados à CIA e seus agentes, atuavam em várias partes do mundo, hoje a vontade de *Poder* desta Nação se manifesta sem camuflagem, pelo uso do terror direto com emprego sistemático de modernos equipamentos bélicos convencionais e não convencionais – armas nucleares, radiológicas, biológicas, químicas e especiais – NRBC, destinadas às destruições massivas e lançadas contra países pobres e populações indefesas. Nesse sentido, o recente papel da ONU, desarmando o Iraque e, depois, retirando seu pessoal daquele país, representa ato de covardia e conivência em relação às ações do Império americano, que não mais respeitam nenhuma regra internacional. Mais ainda, representa sinal de fraqueza desta Organização (e dos países que dela participam) diante da força militar dos EUA.

Entretanto os EUA se esquecem do poder potencial ou real que emerge das sociedades civis, ainda que não conscientes e encobertas por rasgos irracionais de fundamentalismos religiosos. Fundamenta-

lismos não tão perigosos quanto aquele que emerge da irracionalidade arrogante política americana (GADELHA, Nair. *Fundamentalismo e guerra: aspectos do mal-estar da modernidade*. São Paulo, 2003), o que explica os movimentos de reação pacífica do povo iraquiano ou mais violento dos afegãos, cotidianamente reprimidos pelas tropas anglo-americanas, em imagens diárias que podem ser vistas nos canais de televisão do mundo inteiro.

Bibliografia

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- AMIN, Samir. A ambição desmedida e criminosa dos EUA. *Caros amigos*. São Paulo, 8 (73): 10-111. abril 2003.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto/Unesp, 1996.
- . e SILVER, Bervely J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto/UFRJ, 2001.
- AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina. A construção da hegemonia*. São Paulo: Unesp, 2002.
- BORÓN, Atilio A. *Império & imperialismo*. [Uma leitura crítica de Michel Hardt e Antonio Negri.] Buenos Aires: CLACSO, 2002.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. Pobreza global no final do século 20. *Revista PUC VIVA*, São Paulo: APROPUC, 4 (13): 40-488. jul.-set. 2001.
- GADELHA, Nair A. F. *Fundamentalismo e guerra: aspectos do mal-estar da pós-modernidade*. São Paulo, 2003. [Paper apresentado no curso de pós-graduação em Ciências Sociais-PUC-SP].
- GADELHA, Regina Maria A. F. Federalismo, regionalismo e governabilidade. *Cenários*. *Revista do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Cultura e Desenvolvimento – GEICD*. Araraquara: Unesp, 2: 165-1880, 2000.
- . Globalização e crise estrutural. In: DO-
WBOR, L., IANNI, O. e Resende, P.-E. A. (coord.). *Desafios da globalização*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 252-265.
- . Terrorismo e crise: o significado das políticas neoliberais. *Revista PUC VIVA*. São Paulo: APROPUC, 4 (15): 43-8, jan.-mar. 2002.
- NEGRI, Antonio e HARDT, Michael. *Império*. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, globalización y democracia. Caracas: Conferência na Escuela de Estudios Internacionales y Diplomáticos “Pedro Gual”, Junio 2000. [Versão revisada pelo autor. Lima, 2003. 49 p.].
- . Entre la Guerra Santa y la Cruzada? Lima, 21 set. 2001. [Paper em versão preliminar, 15 p.].
- . *Modernidad, identidad y utopia en América Latina*. Lima: Ediciones Sociedad y Política, 1988.
- PETRAS, James. Cada éxito militar alimenta nuevas invasiones: Los objetivos primários en Latinoamérica son Colombia, Venezuela y Cuba. *Caras & Caretas*. 23.04.2003. [entrevista ao jornalista Mateo Grille].
- SWEEZY, Paul. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

NOTAS

1. Conceito criado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano.
2. Informação fornecida pelo pesquisador da Amazônia, Dr. Enrique Amayo Zevallos, professor na Unesp de Araraquara.
3. Trata-se de medidas de exceção, que restringem as liberdades individuais dos suspeitos de agressão ao governo e bens de cidadãos americanos, permitindo o retorno da prática do *racial profiling*, que ampara a ação policial de revista e atuação contra pessoas, com base em atitudes ou aparência física, incluindo medidas

como prevenção ao terrorismo (*Prevention of Terrorism Act*). A lei permite o governo americano manter suspeitos de terrorismo em prisão, por tempo indeterminado, sem acusação ou mandato de segurança prévio. Respalhado por esta lei interna, o governo americano se permite ignorar a Convenção de Genebra, que protege

militares, prisioneiros de guerra, mantendo in-comunicáveis soldados e oficiais do exército do Afeganistão, no campo de concentração da base americana de Guantanamo (Cuba) (GADELHA, R. Terrorismo e crise: o significado das políticas neoliberais. *Revista PUC VIVA*, São Paulo, 4 (15): 43-488, 2002).